

FUNÇÕES QUE EXTRAPOLAM A ORAÇÃO: A CLASSE GRAMATICAL DAS PALAVRAS MODALIZADORAS DE SENTENÇA EM UMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICA

FUNCTIONS THAT EXTEND BEYOND THE SENTENCE: THE WORD CLASS OF SENTENCE MODALIZERS FROM A PRAGMATIC PERSPECTIVE.

FUNCIONES MÁS ALLÁ DE LA ORACIÓN: LA CLASE GRAMATICAL DE LOS MODALIZADORES DE ORACIÓN EN UNA PERSPECTIVA PRAGMÁTICA

Marcos Antonio Grando¹
Crisbelli Djamilli Domingos²

Resumo

Neste trabalho, propõe-se um estudo analítico de um corpus de palavras e expressões que são consideradas modalizadoras de sentença, mas não se enquadram nas definições gramaticais dadas pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) para advérbios e interjeições, ou estão apenas descritas às margens como “palavras denotativas”, além das “partículas expletivas”. O problema consiste na constatação de que as descrições das nomenclaturas são vagas e imprecisas por não considerarem a ampla gama de contextos de fala, nem a falta de função sintática aparente na sentença. Portanto, desenvolvemos uma hipótese de classificação adequada aos contextos sintáticos, pragmáticos e, especialmente, funcionais. Como resultado deste desenvolvimento, constatou-se a possibilidade de avançar na direção de uma nova nomenclatura capaz de descrever características comuns e propor subclassificações taxionômicas, de entendimento prático. Como método, utilizou-se pesquisa bibliográfica, qualitativa, instrumentalizada em documentos científicos digitais e físicos. Ao longo do texto, o estudo observa a possibilidade de reavaliação de funções gramaticais pelos contextos de uso, todavia observa-se que a temática é complexa e não se encerra em um único trabalho, deixando aberto o caminho para aprofundamento dos resultados obtidos.

Palavras-chave: palavras modalizadoras; advérbios sentenciais; palavras denotativas; partículas expletivas ou de realce; interjeições.

Abstract

This article consists of an analytical examination of a corpus of words and expressions that are considered sentence modalizers but do not conform to the grammatical definitions provided by the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB) for adverbs and interjections, or are described as "denotative words" and "expletive particles." The issue at hand lies in the observation that these nomenclature descriptions are characterized by vagueness and imprecision, as they do not encompass the wide range of speech contexts and the apparent lack of syntactic function within the sentence. Consequently, a hypothesis is proposed for a classification system suitable for syntactic, pragmatic, and particularly functional contexts. Through this framework, the possibility of advancing towards a novel nomenclature that elucidates common characteristics and proposes taxonomic subclassifications with practical applicability is explored. This research employs a qualitative bibliographic methodology, utilizing both digital and physical scientific sources. Throughout the article, the study acknowledges the possibility of reassessing grammatical functions based on usage contexts, and it is noted that the subject matter is complex and cannot be fully concluded in a single work, leaving the path open for further exploration of the obtained results.

Keywords: sentence modalizers; sentential adverbs; denotative words; expletive or emphatic particles; interjections.

¹Licenciando e Bacharel em Letras no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: che-marcos@hotmail.com

²Doutoranda e Mestre em Estudos Linguísticos (UFPR), docente da Escola Superior de Educação, Departamento de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: crisbelli.d@uninter.com

Resumen

En este trabajo, proponemos un estudio analítico de un corpus de palabras y expresiones que se consideran modalizadores de oración, pero que no se ajustan a las definiciones gramaticales dadas por la NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) para adverbios e interjecciones, o solo se describen en forma marginal como "palabras denotativas" e "partículas enfáticas". El problema consiste en encontrar que las descripciones de las nomenclaturas son vagas e imprecisas porque no consideran la amplia gama de contextos de habla, ni la falta de función sintáctica aparente en la oración. Por lo tanto, desarrollamos una hipótesis de clasificación adecuada a contextos sintácticos, pragmáticos y, especialmente, funcionales. Como resultado de este desarrollo, fue posible avanzar hacia una nueva nomenclatura capaz de describir características comunes y proponer subclasificaciones taxonómicas, de comprensión práctica. Se utilizó como método una investigación bibliográfica, cualitativa, instrumentalizada en documentos científicos, digitales y físicos. A lo largo del texto, el estudio aspira a la posibilidad de reevaluar las funciones gramaticales por contextos de uso, sin embargo, se observa que el tema es complejo y no termina en una sola obra, dejando abierta la vía para profundizar en los resultados obtenidos.

Palabras-clave: modalizadores; adverbios oracionales; palabras denotativas; partículas enfáticas; interjecciones.

1 Introdução

À vista da dificuldade em se limitar o domínio de cada classe gramatical nos mais variados usos linguísticos, além do debate permanente sobre a arbitrariedade dos conceitos arrolados na classificação da NGB — a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959) —, cabe a este trabalho a reflexão e, até, uma revisão da classificação de determinadas palavras ao considerar-se as diferentes funções da linguagem defendidas por Roman Jakobson em 1960 e as características sintáticas das chamadas “expressões modalizadoras”.

A partir do reconhecimento de que a NGB possui deficiências na classificação das classes gramaticais por suas características puramente enumerativas, traz-se ao tema a opinião de teóricos especializados em advérbios sentenciais e de discurso — Oliveira (1993), Ilari (2007), Teixeira (2008) e Monnerat (2005) —, palavras denotativas, partículas expletivas ou de realce — Franco (1990) e Santos Júnior (2022) — e ainda interjeições que não se enquadram nas expectativas atribuídas às classes gramaticais de que, atualmente, participam.

No contexto pragmático da sentença, este trabalho visa agrupar em outra classe taxionômica algumas expressões “modalizadoras”. Partindo dos apontamentos teóricos, serão reconhecidos os tipos de palavras ou expressões que se enquadram como tais e espera-se — a partir do arcabouço de estudos já existentes e dos parâmetros selecionados — elaborar uma subclassificação que torne prático seu reconhecimento, fornecendo, inclusive, exemplos.

Para tanto, com conhecimento da qualidade do que se espera analisar, é basilar que o procedimento de pesquisa ocorra no campo bibliográfico, dado que somente se pode abordar o tema qualitativamente, instrumentalizando-se de documentos digitais e físicos de linguística, sejam eles livros, manuais, artigos e dicionários de autores de língua portuguesa.

Autores como Santos Júnior (2022) e Ilari (2007) já se debruçaram sobre a instabilidade

conceitual de algumas classes gramaticais — especialmente a dos advérbios — que extrapolam a oração e não têm função sintática. As soluções propostas para o caso são diversas, seja revendo o próprio conceito do que é advérbio, seja pensando em uma revisão das classes gramaticais, como nos diz Câmara Júnior (2004).

Outra questão levantada por Santos Júnior é existirem palavras e expressões que a NGB simplesmente nunca classificou, permanecendo à margem dos advérbios, como uma nota a respeito de suas características “denotativas”. Teixeira (2008) vai além, buscando classificá-las.

Partindo de uma perspectiva mais abrangente, este trabalho apoia-se na opinião de Franco (1990) de que é possível identificar, delimitar e até classificar termos que, não atendendo a funções sintáticas, participam da significação por estarem envolvidos em outras funções da linguagem, entre aquelas organizadas por Ferrarezi Júnior (1998), que não as referenciais e metalinguísticas, mas, sim, emotivas e conativas.

Em outros termos, partindo da descrição das classes dos advérbios e das interjeições, além da observação sobre a existência das palavras denotativas, todas descritas na NGB, propõe-se que: os advérbios ditos sentenciais e de discurso, interjeições e palavras denotativas (acrescentando-se o fenômeno das partículas expletivas) integrem uma nova classe de palavras, as então denominadas modalizadoras.

De maneira a facilitar o entendimento de todo o processo analítico realizado aqui, o tema será dividido em seções lógicas, que partem do entendimento do que são “partículas modalizadoras”, analisam seu pertencimento às classes gramaticais já existentes e, por fim, reclassificam-nas conforme as conclusões obtidas.

2 Metodologia

Uma vez que o assunto não é novidade nas discussões acadêmicas e, até o ponto em que este trabalho se propõe ser inovador, está suficientemente descrito; evidentemente a metodologia necessária para a pesquisa deve ser completamente bibliográfica, pois é um modo de impulsionar “o aprendizado, o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento” (PIZZANI *et al.*, 2012, p. 56). Ainda, conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66),

[...] o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Ela (a pesquisa bibliográfica) nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico

sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados.

Aborda-se o tema qualitativamente dado que, como foi citado, há um denso conteúdo elaborado, com a vantagem de que “o pesquisador pode ter acesso a uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2017 apud SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018, p. 318). Entre os parâmetros adotados na seleção de documentos digitais e físicos de linguística, buscou-se apoio nas observações de Câmara Júnior (2004) e demais autores que remetem às suas análises, além de outros pesquisadores apontados nas obras primárias.

Por meio da ferramenta online “Google Acadêmico”, e de palavras-chave como “advérbios sentenciais”, “NGB”, “palavras denotativas”, “interjeições” e “partículas expletivas”, foi possível chegar a vários autores que produziram suas teses com data posterior à publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de 1959, pois é a ela que propõem alternativas.

3 Partículas modalizadoras

Em um primeiro momento, é importante recordar que a linguagem que usamos, exatamente por seu caráter humano, é plural e possui tantos traços de personalidade quanto a quantidade de seus falantes. Uma mesma expressão pode abarcar um conjunto razoável de significados a depender do contexto de enunciação. Além disso, a função da sentença exprimida dá subsídios ao interlocutor, conhecedor do mesmo código, para compreendê-la e interpretá-la pragmaticamente.

O linguista russo Roman Jakobson foi um dos pioneiros em definir funções da linguagem humana. Ferrarezi Júnior (1998, p. 104) resumiu várias dessas funções: a função denotativa ou referencial diz respeito à configuração mais original de significado, é a objetividade da palavra, seu sentido mais planificado; a função conotativa é exatamente o oposto da anterior, refere-se às variações do significado original da palavra ou expressão; a poética, planeja despertar em quem ouve o prazer de apreciar a linguagem como arte, provar de sua beleza; já a função conativa ou apelativa é usada para convencer o interlocutor, direcioná-lo a algum objetivo dado pelo enunciador; em outro caso, a função fática busca “confirmar o entendimento da mensagem pelo interlocutor”, além de manter aberto o canal comunicativo, que só existe por cooperação entre os entes do processo; por fim, com a função emotiva ou expressiva, o emissor deseja que sua mensagem comunique seus sentimentos e emoções mais

peçoais. Além dessas apontadas pelo autor, existe a função metalinguística, cujo objetivo é explicar a linguagem por meio da linguagem.

Voltando ao domínio da classificação morfológica, o que se observa é que a maioria dos gramáticos se concentra nas funções mais objetivas e estáticas da linguagem para compor suas definições de classes morfológicas, primando pelas funções denotativa e metalinguística. Segundo Oiticica (1947, p. 47 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 42), é preciso atentar para as palavras que transmitem emoção — relacionadas às funções conativa e emotiva — e para as que “exprimem meros acidentes do discurso”, aquelas usadas para reafirmar e assegurar o entendimento do interlocutor e a continuidade do discurso por meio de “as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações”, entenda-se função fática. Esses traços, segundo o autor, não são carregados de ideia exatamente, todavia indicam certa subjetividade muito necessária ao entendimento de como o enunciador pensa e se põe no enunciado.

Diante do exposto, Santos Júnior (2022, p. 43) resume bem a perspectiva de análise deste trabalho:

Já não se trata de palavras em frases, mas frases em contextos específicos, falados ou escritos, assim, toma-se compreensível a definição de José Oiticica para a Taxionomia: as palavras em funcionamento. Os advérbios, os verbos, as preposições, as conjunções, podem, em dados contextos, funcionar como palavras denotativas, exprimindo “acidentes” do discurso.

Recorrendo-se a Câmara Júnior (2004), podem-se ampliar, também, as noções de classificação vocabular e confirmar a importância da Taxionomia pela funcionalidade:

Há, em princípio, três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença (CÂMARA JÚNIOR, 2004, p. 77).

Clarificados os limites, agora, é possível observar mais a fundo quais são e a quais grupos pertencem essas palavras carregadas de significados externos ao texto e como as classes atuais não lhes dão conta. Mais uma vez, Santos Júnior volta a citar Oiticica:

“A numerosa classe dos denotativos”, se adjungirão esses “advérbios”, algumas “conjunções”, “preposições” e também “interjeições”. A característica básica desses denotativos é o fato de não se referirem ao verbo, portanto, não expressarem circunstâncias. Essas palavras são “inclassificáveis no quadro tradicional”. Acredita, então, ser indispensável “completar o quadro da taxionomia, criando outras categorias

gramaticais (OITICICA, 1947, p. 47 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 42).

Henriques (1997, p. 72 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 29) é outro teórico a reforçar essa visão de que algumas palavras do português não possuem função sintática, porém contam com um valor semântico que “ora se vincula a toda a oração, ora a alguma outra palavra em particular”. Segundo ele, se de fato fossem consideradas advérbios, seria recomendável uma reavaliação da própria definição dessa classe gramatical ou “uma revisão da nomenclatura gramatical”.

Quem apresenta fatos proibitivos ao pertencimento de tais “partículas” à classe adverbial é Franco (1990, p. 183). Segundo ele, elas não constituem um sintagma da oração a que pertencem, ou seja, não fazem parte da estrutura sintática, pois não podem ser substituídas por outras unidades, caracterizando-se como elementos globais do enunciado. Diferentemente do advérbio, que normalmente está no entorno do verbo (a não ser por topicalização), a posição das expressões em análise, corriqueiramente, ocorre à cabeça da frase, antes do sujeito, inclusive. Como exceções, citam-se as palavras “cá”, “lá” e “afinal”, que podem ocorrer depois do sujeito da frase e até do predicado. No entanto, o que se tira por regra desta observação é que, independentemente da posição que o advérbio ocupe na frase, não pode ocorrer alteração semântica, diferentemente do que ocorre nas palavras (até agora) ditas denotativas, já que sua classificação gramatical está intimamente ligada com sua posição na frase, e qualquer “ocorrência de um lexema noutra posição diferente da referida é geralmente sinal de que se trata de um elemento de outra categoria gramatical”.

Em contrapartida, o próprio autor prefere fazer uma distinção entre essas partículas “modais” e os advérbios de frase (ou sentenciais), delimitando que:

Ao contrário das PMs [partículas modalizadoras], os advérbios de frase representam, à superfície, frases latentes na estrutura profunda. São, por conseguinte, pelo menos nalguns casos e em certas condições, suscetíveis de paráfrase, na qual os adjetivos que constituem a sua base morfológica são predicados de frase (FRANCO, 1990, p. 186).³

Franco (1990, p. 186) ainda defende que, diferentemente dos advérbios sentenciais, essas, quando isoladas, não têm valor de frase nem podem constituir resposta a uma interrogação, justamente por seu sentido estar ligado à posição frasal, segundo ele, mais limitada que a dos advérbios de frase. Parece haver também, na descrição de Franco, um limite menor para cumulação de partículas do tipo em relação aos advérbios na mesma frase. Dão-se exemplos dos intensificadores e de como pode ocorrer coordenação sindética e assindética entre

³ Trecho adaptado ao português brasileiro.

advérbios, o que não é possível no caso dos modais.

Discordando de Franco, como já está na origem da revisão taxionômica a sua relação posicional, como referente à sentença completa, as distinções entre os possíveis advérbios sentenciais e demais “modalizadores” são meramente superficiais na mesma medida em que algumas conjunções adversativas, como “entretanto, contudo e todavia” diferem das demais quanto ao seu posicionamento na oração, chegando a ser chamadas de “advérbios de concessão” (MAXIMINO MACIEL, 1928, p. 153 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 34).

Retomando o observado por Franco, o que se tem é um avanço para a confirmação de haver instabilidade conceitual de algumas classes gramaticais, especialmente dos advérbios que extrapolam a oração e não têm função sintática, percebida por outros teóricos:

E parece que o problema da exatidão não está nem na acuidade do investigador, nem no instrumental de que ele se serve; encontra-se, sim, no caráter fluido da palavra, seu objeto de estudo. [...] A possibilidade de se estabelecer um inventário fixo e estável de traços distintivos para cada uma das classes de palavras da língua parece, então, perder-se em terreno do sonho. Mais útil e produtivo seria, talvez, entender que, numa língua, os traços singularizadores das classes compõem-se numa espécie de contínuo no qual se inscrevem circunstancialmente as palavras. Talvez somente os instrumentos gramaticais (artigo, preposição, conjunção) — se bem que nem todos permitam ao investigador relativa estabilidade classificatória (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 22).

Considerando-se adequada a reclassificação, fundamenta-se na opinião de Franco para se delimitar os prováveis lexemas envolvidos, todavia não se encerra nele, como se verá mais adiante. Ademais, o nome escolhido para a nova classe morfológica advém da sua descrição sobre as partículas modalizadoras, ou PMs:

Do ponto de vista das PMs e porque elas se caracterizam pelo fato de com o seu auxílio o falante exprimir a sua atitude para com o enunciado, procurar (e obter) certos efeitos comunicativos e dar expressão a determinadas pressuposições (pragmáticas) em relação ao saber do ouvinte quanto a certo estado de coisas, exprimir as suas expectativas e emoções, etc., ganha pertinência a consideração das funções (se quisermos usar termos jakobsonianos) emotiva e conativa da linguagem (FRANCO, 1990, p. 188).⁴

Assim, chegou-se ao nome ‘modalizadores de sentença’, ou simplesmente, ‘modalizadores’ para os termos relacionados às funções da linguagem fática, emotiva e conativa, os “meios de expressão da atitude do falante e das suas intenções, postas em jogo durante a conversação, assinalam a sua reação a atos verbais e/ou a atos não verbais anteriores” (FRANCO, 1990, p. 180). Essa categoria refere-se, então, tanto à tentativa evidente do emissor

⁴ Trecho adaptado ao português brasileiro.

de se colocar no texto, demonstrar o que sente sobre o que emite, quanto a seus desejos, intenções ditas ou escritas.

[...] um sujeito falante usa a sua língua numa função modal não só quando emite um juízo sobre o valor de verdade de uma proposição (modalidade cognitiva) ou quando tem em vista a realização de um desejo (modalidade volitiva), mas também quando, numa situação comunicativa, exprime suposições, pontos de vista e atitudes relacionadas com o saber comum dos interlocutores, com as suas expectativas, as suas emoções, as relações sociais existentes entre si (modalidade emotiva) (FRANCO, 1990, p. 180).⁵

3.1 Uma revisão das classes modalizadoras

Uma breve consulta à Nomenclatura Gramatical Brasileira torna-se indispensável agora, pois é a partir de indícios deixados propositalmente nela que se extrairão as expressões modalizadoras:

VII — Advérbio: 1. Classificação do advérbio: a) de lugar; de tempo; de modo; de negação; de dúvida; de intensidade; de afirmação; b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo, de causa. 2. Flexão do advérbio: de grau: comparativo; de igualdade, de superioridade e de inferioridade; superlativo absoluto (sintético e analítico); diminutivo. 3. Locução adverbial. Notas: a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração. b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios, terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, afetividade, realce, etc. (NGB, 1958).

É importante delimitar claramente, também, o que os gramáticos fiéis à NGB entendem por advérbio, quais são os limites de tal classe através dos aspectos mórficos, sintáticos e semânticos:

Sob o aspecto mórfico: pertence à classe do advérbio toda palavra que termina por meio do sufixo -mente, donde resultam oposições formais com o adjetivo que lhe corresponde. [...] Outros advérbios não podem ser formalmente determinados, aqueles que pertencem ao sistema fechado, e respondem às perguntas onde, quando?, cujas respostas são, por exemplo, aqui, ali, hoje e nunca. Sob o aspecto sintático: pertence à classe do advérbio toda palavra invariável que se articula com os advérbios tão, quão ou bem: tão depressa, [...] Essa conceituação é propriamente morfossintática, porque lança mão do termo variável, que distingue o advérbio do adjetivo; pertence à classe do advérbio toda forma invariável e livre que funcione como terceiro elemento dentro da seguinte forma, composta de pronome subjetivo e verbo intransitivo: Eu trabalho sempre; eu demorei muito, eu pouco demorei [...] Sob o aspecto semântico: pertence à classe do advérbio toda a palavra que exprime qualidade ou circunstância (MACAMBIRA, 2001, p. 42-43 apud TEIXEIRA, 2008, p. 14).

Em primeira instância, a classe dos advérbios é, evidentemente, a mais suscetível à

⁵ Trecho adaptado ao português brasileiro.

análise, porquanto, dizem muitos autores, parece ter se tornado um aglomerado de palavras e locuções de variadas funções:

Tal classe “encobre uma série de classes, às vezes de comportamento sintático radicalmente diferente.” “Presumíveis cinco classes” em que, a partir de uma visão morfossintática, enquadrar-se-iam esses vocábulos: “negação verbal, intensificador, adjunto circunstancial, atributo, adjunto adverbial e adjunto oracional.” (PERINI, 2001, p. 338 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 25).

Concentrando-se nas funções de intensificador e adjunto oracional, Oliveira (1993, p. 101) descreve ser “relativamente recente a ideia de que os advérbios podem atuar em diferentes níveis sintáticos”. Na sua visão, já não se pode ver suas funções restritas à modificação de verbos, adjetivos, outros advérbios e, talvez, sentenças.

Mais recentemente, os que ainda não admitem que a taxionomia dos vocábulos precisa ser revista em prol de uma visão mais fluida, relacionada aos contextos de uso, têm procurado expandir ainda mais a descrição do que é um advérbio, admitindo-os, inclusive, como modificadores de substantivos: “Embora o papel essencial do advérbio seja o de modificar verbos, excepcionalmente ele pode acompanhar categorias nominais, como o substantivo, o adjetivo e o próprio advérbio, atribuindo-lhes” (CEREJA, 1998, p. 154 apud TEIXEIRA, 2008, p. 21).

Com base em outra referência, a mesma autora apresenta exemplos:

(1) **Homens assim** mudarão a face da terra. (2) **Apenas o médico** esperava o desfecho. (3) Eu era **quase o dono**. (4) **O exemplo acima** elucida a regra. (5) **A citação abaixo** vai convencê-lo. (6) A não observância da lei tem causado **muita desgraça** (MACAMBIRA, 2001, p. 44 apud TEIXEIRA, 2008, p. 15).⁶

É evidente que esses usos do advérbio são desvios quase inaceitáveis da descrição original da classe. O que se tem, fatidicamente, são partículas de função pragmática, dado que trazem ao texto algum tipo de emoção que o emissor decidiu pôr em contexto; são modalizadoras, característica apontada também por Santos Júnior nas gramáticas pré-NGB:

Assim, ainda que o advérbio modificasse o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, lição inda hoje com prevalência na tradição escolar, não embaraçava a gramática o registro de situações em que alguns dos assim chamados advérbios “modificavam” outras classes gramaticais, visto que não era, contudo, da natureza do advérbio, segundo velha norma conceitual, modificar outras classes, além das três acima estabelecidas. Anotavam-se principalmente os “advérbios”, e “conjunções” capazes de acompanhar substantivos e pronomes, no universo de palavras cuja característica principal parecia ser a de modificar um enunciado de alguma forma contextualizado. As que se integravam à categoria das conjunções ou das preposições, “permitia-se-lhes” (*sic*)

⁶ Grifos do autor. Em destaque o termo descrito como advérbio e o substantivo a que se refere.

não ligar orações ou palavras (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 28).

No outro extremo da classe adverbial, há ainda o que se tem chamado de advérbios sentenciais e de discurso, por se referirem à sentença inteira:

Na concepção tradicional o advérbio é representado como uma “parte da oração”, sugerindo-se que seu papel se esgota quando é aplicado aos constituintes da oração. É sabido, ao contrário, que o advérbio pode aplicar-se também à oração como um todo (ILARI, 2007, p. 155).

Como visto, também extrapolam a descrição tradicional porque não estão ligados a um verbo, adjetivo ou outro advérbio em específico, mas modificam o sentido completo de uma oração, outra vez, trazendo funções mais subjetivas à linguagem e referências a outros trechos ou ao próprio discurso por meio de partículas dêiticas-anafóricas. Além dessas evidências pragmáticas, há que se considerar o observado quanto à sua posição: “O exame do corpus mostra que a posição predominante para os advérbios sentenciais é uma posição periférica na oração, de preferência a inicial, e mais raramente, a final.” (ILARI, 2007, p. 168).

Já na NGB, estava claro que esse espraiamento da função “denotativa” do advérbio não estava totalmente resolvido em comparação com o que vinha se observando:

A gramática pré-NGB não tinha dúvida quanto ao enquadramento das, agora, “palavras denotativas”. Pertenceriam elas, em sua maioria, à classe dos advérbios, inscrevia-as também na classe das preposições e, em menor número, na das conjunções. Registravam-se, ao bel-prazer do gramático, os desvios de “modificação” que elas introduziriam nas frases (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 28).

A solução apontada pelo documento foi de ruim a péssima uma vez que, sem definir, criou um grupo de palavras sem classe (as palavras denotativas), deixou em aberto seu entendimento como uma nota atravessada nos advérbios e não cumpriu seu papel delimitador fundamental.

A NGB, um rol de termos identificadores de fenômenos fonéticos (e fonológicos), morfológicos e sintáticos, embora tenha fixado as classes de verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, numerais, artigos, preposições, conjunções e interjeições, preocupou-se com a conceituação de um tipo de vocábulos que, curiosamente, deixou inominado, o das palavras denotativas, cujos integrantes apontam para regiões que se situam nos limites da oração ou do período (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 8).

Monnerat (2005, p. 2) é outra autora a observar que, apesar de a descrição dos advérbios ter “limites imprecisos”, algumas das palavras apontadas às margens, como palavras denotativas, a exemplo de “inclusive, só, até, apenas, dentre outros”, têm papel de grande

relevância para “a Macrossintaxe Argumentativa”.

Como modo de diferir o que é um advérbio “tradicional” em relação às funções reservadas até então às palavras denotativas, a linguística tem demonstrado assim essa diferença:

Parece, então, lícito deduzir que a NGB aceita a definição semântica de advérbio como a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, dá-se a sua ação teórico-ideológica no movimento de restrição do espectro de modificação do advérbio, em cotejo com as gramáticas tradicionais. Assim, são invariáveis as denotativas, como o são os advérbios, são modificadores, como também o são os advérbios, mas, e aí reside a novidade, não modificam, nem excepcionalmente, outras classes que não sejam o verbo, o adjetivo ou outro advérbio. Para os acidentes de outras classes e do próprio enunciado, criou a NGB a “classe inominada”, como diz Jairo Dias de Carvalho. Por sua vez, a classe à parte é um modificador, que matiza vocábulos e/ou enunciados num contínuo dialético objetivo/subjetivo. Vale lembrar que a noção de modificação, aqui, é compreendida como capacidade de espalhar-se a classes de palavras (substantivos, pronomes, numerais) e até mesmo a segmentos frásicos, afastando-se da convencional definição de advérbio (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 71).

Santos Júnior prossegue, dizendo das denotativas que, muito mais do que se esperava quanto a que itens lexicais elas se referem, é importante entender que sua função transpassa a frase e relaciona-se a fatos comunicativos com forte importância dos interlocutores, tem caráter subjetivo:

Mas as palavras denotativas insurgiam-se contra a delimitação normativa. Elas modificavam substantivos, numerais, pronomes, etc. Elas modificavam o próprio enunciado, indiciando a assinatura do enunciador (locutor). Elas costumavam o texto. Não, as denotativas não eram só advérbios, pelo menos funcionalmente, pragmaticamente, discursivamente. Elas apontavam para além da frase. Elas traziam à superfície a dimensão latente da subjetividade (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 9).

Também é possível resumir sua existência observando suas características gerais sob vários aspectos:

As palavras denotativas são, do ponto de vista sintático, expletivas, ou seja, não assumem nenhuma função; do ponto de vista morfológico, são invariáveis; do ponto de vista semântico, são essenciais no contexto em que se encontram. São chamadas de palavras denotativas porque são classificadas em função da ideia que expressam (SÁ, 2012, p. 135).

Mais adiante, buscar-se-á detalhar com exemplos as palavras denotativas e em que contextos elas se enquadram nos “modalizadores”, porém, é importante avançar na procura por palavras, classes e expressões com características similares, que estão dispersas na Taxionomia do português.

Ressalta-se, outra vez, o caráter pendular de muitas expressões. Enquanto os usos em

funções mais objetivas de algumas delas restringem-nas às classes reconhecidamente tradicionais, usá-las com características enfáticas, de retomada ou emotivas, que removam sua fundamentalidade sintática, pode sugerir uma mudança também funcional, como ocorre (sempre) com as partículas expletivas não contempladas nem pelo traço da denotação.

Já a partícula de realce consiste em um recurso de estilo. A partícula de realce ou expletiva liga-se a verbos intransitivos, indicando uma ação proferida pelo sujeito. Vou-**me** embora pra Pasárgada. São considerados partículas expletivas ou de realce os pronomes oblíquos átonos (me, te, se, nos, vos) juntos de verbos intransitivos que possuam sujeito. A partícula “se” também exerce essa função. É durante as audiências de conciliação que mais se pratica a tolerância (COELHO, 2018, p. 74).⁷

Aqui, também, a literatura especializada é abrangente em exemplos de uso e, até certo ponto, consegue demonstrar sua relação de profunda intimidade com as palavras denotativas, mas é em António Franco que se avança ao próximo grau de entendimento de que, evidentemente, as partículas de significância ‘avulsas’ no texto também são modalizadoras.

Por outras palavras: embora se registre de modo geral um consenso quanto ao grupo das “partículas ou palavras expletivas”, não há uniformidade quanto aos elementos da língua que os autores incluem nesse grupo. Há mesmo quem faça figurar entre as interjeições unidades que esperaríamos, segundo certa lógica, encontrar entre as “palavras de realce” ou então entre os advérbios. Mas o que essencialmente interessa reter é que entre esses elementos diversamente classificados se encontram lexemas que apresentam traços característicos do grupo a que chamo partículas modais — para adotar a designação que ultimamente se impôs na literatura da especialidade. (FRANCO, 1990, p. 180).⁸

Por fim, reavaliando todo o léxico português, nota-se que, apesar deste estudo estar em consenso em quase tudo o que é apontado por Franco, falta ao seu trabalho, não por culpa ou descuido, mas por seu caráter precursor, a avaliação da situação das interjeições que, pela maioria dos especialistas, são desprezadas por sua imaginada existência puramente superficial. Considerando as funções emotivas e apelativas, fica evidente o seu papel de significância, o seu caráter não dispensável incluso na própria descrição clássica: “Palavra invariável ou sintagma que formam, por si sós, frases que exprimem uma emoção, uma sensação, uma ordem, um apelo ou descrevem um ruído (p. ex.: psiu!, oh!, coragem!, meu Deus!).” (INTERJEIÇÃO, 2022).

Se ainda restam ressalvas, recorre-se à gramática de Bechara para comprovar tanto seu caráter intrinsecamente expressivo quanto sua autonomia significativa. Para ele, interjeição:

É a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos. Têm elas existência autônoma e, a rigor, constituem por si verdadeiras orações. Em certas situações,

⁷ Grifos do autor. Em destaque, as partículas expletivas.

⁸ Trecho adaptado ao português brasileiro.

algumas podem estabelecer relações com outras unidades e com elas constituir unidades complexas. Acompanham-se de um contorno melódico exclamativo [...] (BECHARA, 2019, p. 357).

Como observação derradeira sobre sua taxionomia, aplicaram-se os testes sintáticos já descritos para os advérbios sentenciais e obtiveram-se resultados similares, como a permissibilidade de responder perguntas e a pouca possibilidade móvel, sem que ocorra alteração de significância.

3.2 As subclassificações dos modalizadores de sentença

Delimitados os grupos de palavras cabíveis de identificação como modalizadoras pelos parâmetros elencados, agora é possível enumerar parte significativa desses vocábulos e enunciados, embora seja praticamente impossível definir essa classe como fechada — o que acontece com artigos e preposições, por exemplo —, uma vez que as interjeições, só para se citar um dos casos, são inumeráveis ao representarem as emoções de quem as emite. Por outro lado, com base em estudos de Santos Júnior (2022) e Ilari (2007), por exemplos e teoria, é possível criar subclasses às quais cada candidata a partícula modal pode se encaixar a depender do contexto de uso:

De relance, sobreleva-se a diferença comportamental e significativa entre as próprias palavras da classe à parte. Caso se admita o já citado postulado de Oiticica, duas subclasses se hão de admitir que agem umas no interior da oração, enquanto apontam outras para esferas discursivas, em comum ambas têm em conta um hipotético interlocutor cuja função parece ser a de verificar a validade desses enunciados (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 75).

3.2.1 Grupo dos marcadores de foco:

Segundo Santos Júnior (2022, p. 75), são os lexemas que põem o emissor da mensagem no interior do discurso, têm o traço de opinião “que o abrem à réplica de eventual interlocutor”.

a - *Modalizadores avaliativos ou de comparação* (ROCHA LIMA, 2006, p. 177 apud TEIXEIRA, 2008, p. 19): propõem uma avaliação, por vezes comparativa, sobre determinado assunto (algo, bem, cerca de, como, digamos, lá por, mais ou menos, pelas, por assim dizer, por volta de, quase, uns).

Exemplo: O cachorro pesa, **digamos**, vinte quilos.

b - *Modalizadores de exclusão ou restrição* (ALMEIDA, 2005, p. 332 apud TEIXEIRA, 2008, p. 19): denotam uma limitação na quantidade de termos citados ou imaginados (afora, apenas, apesar, exceto, exclusive, menos, salvo, senão, sequer, só, somente, unicamente).

Exemplo: Todo mundo foi à festa, **menos** o Rafael.

c - *Modalizadores de afetividade*: originários dos advérbios de atitude proposicional e das palavras denotativas de afetividade (ainda bem, felizmente, infelizmente, lamentavelmente),

referem uma apreciação, geralmente do falante, sobre o conteúdo da proposição (in)felizmente. Said Ali, ao se referir a “expressões de situação”, já chamava a atenção para esse tipo de advérbios que nada têm a ver como verbo da oração. [...] Enuncia-se, portanto, uma avaliação do enunciador de cunho subjetivo, o advérbio sendo um modalizador, um “advérbio de frase” (SAID ALI, 1971, p. 37 apud MONNERAT, 2005, p. 3).

Exemplo: **Felizmente**, a obra terminou sem nenhum incidente.

d - *Modalizadores de circunscrição ou limitação*: com origem nos advérbios sentenciais de circunscrição e palavras denotativas de delimitação (apenas, biologicamente, fisicamente, humanamente, só, somente, unicamente), “servem para limitar o ponto de vista do qual pode ser considerada correta a asserção; por isso, os chamamos ‘advérbios de circunscrição’, tal como já se fez em linguística americana (ingl. hedges)” (ILARI, 2007, p. 155).

Exemplo: **Biologicamente**, ninguém vive para sempre.

e - *Modalizadores epistêmicos*: nomeados por Ilari “quase-modais”, apresentam modalidade com características epistêmicas, referindo-se “às opiniões e expectativas dos interlocutores” (ILARI, 2007, p. 155). Como exemplos: dificilmente, possivelmente, provavelmente, realmente.

Exemplo: **Realmente**, fazer exercícios ajuda no sono.

f - *Modalizadores de aspecto ou aproximação*: relacionados à frequência de algum evento, faziam parte dos advérbios sentenciais aspectualizadores (ILARI, 2007, p. 156) e das palavras denotativas de aproximação (algumas vezes, às vezes, de vez em quando, diariamente, geralmente, normalmente).

Exemplo: Não fazer nada é a melhor opção, **algumas vezes**...

g - *Modalizadores de inclusão ou adição*: indicam a ideia de acréscimo, soma de elementos teóricos ou reais (ademais, ainda, além disso, até mesmo, até, inclusive, mesmo, outrossim, também).

Exemplo: “**Mesmo** uma pedra tem mais sentimento do que você.” (HENRIQUES, 1997, p. 72 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 29).

h - *Modalizadores de gradação* (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 75): avaliam a quantidade e qualidade de elementos enunciados (bastante, mais, menos, muito, pouco, tanto).

Exemplo: Quem produz **mais**, destaca-se.

i - *Modalizadores de afirmação*: Além das expressões interjectivas de afirmação (ahã, por exemplo),

As palavras que indicam afirmação (sim, certamente, com efeito) [...] não são advérbios e integram-se ao grupo das denotativas. Rascunha-se, assim, o papel das denotativas, que saltam da frase, do universo sintático, para o do discurso, para a esfera do contexto, indiciando o modo como o enunciador se coloca no que fala ou escreve (ROCHA LIMA, 1979, p. 155 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 51).

Exemplo: **Sim**, amigo, já falei com os outros: todos vêm.

j - *Modalizadores de negação*: adjungem-se às interjeições negativas os advérbios sentenciais de “negação (não, qual nada!)” (ROCHA LIMA, 1979, p. 155 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 51).

Exemplo: Se queres saber se gostei do tema? **Não**.

3.2.2 Grupo dos marcadores lógico-discursivos:

Quando é preciso articular trechos amplos para garantir coesão no discurso, de acordo com Santos Júnior, o enunciador pode usar-se de “intervenções lógico-discursivas” (2022, p. 75).

a - *Modalizadores de retificação*: produzem uma revisão do já dito (aliás, digo, isto é, melhor dizendo, melhor, ou antes, ou melhor, ou seja).

Exemplo: “Seja feliz, **ou melhor**, passe muito bem.” (HENRIQUES, 1997, p. 72 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 29).

b - *Modalizadores distributivos*: colocam ordem nos operadores lógicos do discurso “(primeiramente, segundo, finalmente, depois)” (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 75).

Exemplo: **Primeiramente**, vale ressaltar a importância de estarmos todos aqui.

c - *Modalizadores de situação* (ALMEIDA, 2005, p. 332 apud TEIXEIRA, 2008, p. 19): são operadores semânticos, argumentativos ou discursivos (afinal, agora, aí, casualmente, com que então, então, mas, portanto, quase, se).

Exemplo: **Então**, quem fará isso por nós?

d - *Modalizadores explicativos* (ROCHA LIMA, 2006, p. 177 apud TEIXEIRA, 2008, p. 19): oferecem exemplos ao declarado no discurso (a saber, como, isto é, ou seja, por exemplo).

Exemplo: Quem conhece a cidade, **isto é**, Roma, não se esquece jamais.

e - *Modalizadores concessivos*: impõem alguma restrição ou condição para que algo seja real ou aconteça (entretanto, mas, no mínimo, todavia).

Exemplo: “Tudo bem..., **mas** voltemos àquela questão do dinheiro.” (HENRIQUES, 1997, p. 72 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 29).

f - *Modalizadores de realce*: objetivam chamar a atenção do receptor a determinado elemento do discurso, reforçar a opinião do emissor (cá, é porque, é que, lá, mas, me, nada, não, nos, que, se, te, vos).

Exemplos: “Os últimos a chegar **é que** serão prejudicados” (HENRIQUES, 1997, p. 72 apud SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 29). / Eu **me** caio desiludido.

g - *Modalizadores de discurso*: possuem características dêiticas-anafóricas de retomada e posicionamento do discurso, como diz Ilari, “Alguns ‘advérbios’, particularmente os dêiticos, podem aplicar-se a unidades cujas dimensões ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também da sentença” (ILARI, 2007, p. 156). São exemplos agora, ali, antes, aqui, cá, depois, já e lá.

Exemplo: **Aqui**, neste parágrafo, falaremos mais sobre o assunto.

h - *Modalizadores de designação*: vocábulos com valor dêitico e de nomeação de situações, como “eis” (ALMEIDA, 2005, p. 332 apud TEIXEIRA, 2008, p. 19) e eureka!

Exemplo: **Eis** o sujeito mais honesto que conheço.

i - *Modalizadores de afastamento*: a partir de um ponto de vista dêitico, sugerem afastamento (embora).

Exemplo: “Vou-me **embora** pra Pasárgada.” (COELHO, 2018, p. 74).

4 Considerações finais

Aqui, tratou-se de direcionar a atenção leitora à existência das partículas modais na língua portuguesa, delinear suas características e extraí-las de determinadas funções e dinâmicas de discurso para demonstrar que não pertencem às classes gramaticais às quais estão presas na função denotativa. Além disso, baseado em pesquisas científicas, este trabalho propôs uma reclassificação taxionômica.

À vista da magnitude do tema e dos limites do próprio documento, este trabalho não tem espaço para se aprofundar na análise de cada tipo lexical e fazer testes sintáticos com cada um dos grupos escolhidos, no entanto, já se esclareceu muito das características comuns para considerar adequada, no mínimo, uma reavaliação das classes gramaticais existentes com base na função dos vocábulos em cada sentença.

É evidente que a revisão é complexa e suscetível às subjetividades da delimitação de escopo, entretanto, um olhar superficial da questão já demonstra a continuidade das dez

classes gramaticais às quais a NGB se refere, substituindo, porém, a classe das interjeições pela dos modalizadores, pois esta abarcaria por completo aquela. Outra oportunidade de análise das classes em uso está no pertencimento ou não dos vocativos e das conjunções ditas adverbiais (como os advérbios de concessão) à classe modal, dada ser fática, evidentemente, a sua função também.

Ademais, muito se conclui, mas não se encerra neste texto, deixando aberto o caminho para pesquisas ainda mais abrangentes e reavaliações das categorias delimitadas.

Referências

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 363. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2143688/mod_resource/content/2/Estrutura%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20-%20Joaquim%20Mattoso%20Camara%20Jr.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

COELHO, M.O.C. Impessoalidade na redação. **Revista Prática Forense**, Brasília, v. 13, p. 68-74, jan. 2018.

FERRAREZI JÚNIOR, C. Funções da linguagem. Uma reavaliação das ideias de Roman Jakobson. **Presença. Revista de educação, cultura e meio ambiente**, Porto Velho, v. 2, n. 13, p. 93-105, set. 1998. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca13completa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

FRANCO, A.C. Partículas modais do português. **Revista da Faculdade de Letras do Porto: Línguas e Literaturas**, Porto, v. 2, n. 7, p. 175-196, 1990. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8259>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ILARI, R. A categoria advérbio na gramática do português falado. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 151-174, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1430>. Acesso em: 23 dez. 2022.

INTERJEIÇÃO. In: **Oxford Languages**, Google, 2022. Disponível em: https://www.google.com/search?q=defini%C3%A7%C3%A3o+interjei%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1PASC_pt-BRBR968BR968&oq=defini%C3%A7%C3%A3o+interjei%C3%A7%C3%A3o&aqs=chrome..69i57.4802j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 30 dez. 2022.

MONNERAT, R. S. M. A categoria do advérbio no discurso da publicidade a interface gramática e discurso. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 11, p. 9-22, 2005. Acesso em: 23 dez. 2022.

OLIVEIRA, G. M. de. Os advérbios sentenciais e os testes sintáticos. **Letras**, Santa Maria, p.

101-120, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148511451>. Acesso em: 28 dez. 2022.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SÁ, A.S. Relações lógicas: a oposição nas letras da Legião Urbana. **Revista Práticas de Linguagem**, UFJF, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13564>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS JÚNIOR, J. B. dos. **Palavras denotativas, uma classe à parte**: da tradição moderna à moderna tradição. 2022. 94 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/17934>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SOARES, S.V.; PICOLLI, I.R.A.; CASAGRANDE, J.L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 308-339, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.970>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUSA, A.S.; OLIVEIRA, G.S.; ALVES, L.H. A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Uberlândia, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TEIXEIRA, Z. D. **Tipologias semânticas de advérbios**: um estudo comparativo. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11710@1>. Acesso em: 28 dez. 2022.

NGB. **Nomenclatura gramatical brasileira**. 1958. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.